

O direito a Lisboa

Assim falou Italo Calvino de uma das suas cidades fantásticas:

“Em Ersília, para estabelecer as relações que governam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as esquinas das casas, brancos ou pretos ou cinzentos ou pretos e brancos, conforme assinalem relações de parentesco, permuta, autoridade, representação. Quando os fios são tantos que já não se pode passar no meio deles, os habitantes vão-se embora: as casas são desmontadas; só restam os fios e os suportes dos fios. Da vertente de um monte, acampados com as mobílias, os refugiados de Ersília vêem o intrincado de fios estendidos e de postes que se ergue na planície. Isto é ainda a cidade de Ersília, e eles não são nada”¹.

Este pequeno texto propõe-nos uma das melhores e mais belas descrições do que é uma cidade. Dito de outra forma (muito menos interessante), a cidade, para ter vida e ser vivida, para ter energia, para ser completa — e para se completar — não é afinal as suas ruas, nem os seus edifícios, nem as suas casas. Não será, mesmo, cada uma das suas gentes — se vistas de forma isolada (sim, há esse risco). A verdadeira cidade está, sim, na relação. Nos fios de Calvino. No intercâmbio, na comunicação, na circulação, na troca. No encontro — e no desencontro. E, claro, em cada uma das suas gentes — porque em cada um de nós há, no mínimo, uma cidade —, mas só quando as gentes são cidade, movendo-se pelo que move toda e qualquer relação: o sonho, a ficção, o desejo.

Chame-se Ersília, Lisboa, Nova Iorque, Xangai, a cidade é um imenso espaço público, um mar relacional, pleno de sensações, de afectos e de experiências diferentes. “Sou a cena viva onde passam vários actores, representando várias peças”, exclamou Bernardo Soares/Fernando Pessoa, no seu desassossego tão, tão urbano. Lisboa é, por natureza, um ser vivo complexo,

múltiplo, caleidoscópico, um universo de sequências helicoidais de estruturas, de ritmos e de expressões. Uma heteronímia infinita, uma enorme cidade de cidades.

Mas para haver relação, para haver troca — do que quer que seja —, tem de haver diferença. Na verdade, se duas partes fossem exactamente iguais, não haveria nada para trocar — não haveria qualquer necessidade, sequer, de contacto. A diferença é, portanto, a base da relação. A diferença é a base da cidade. E assim sucede o sonho, a ficção, o desejo. A criatividade e a inovação. E assim sucede a evolução. Como a Natureza sabe muitíssimo bem, é pela diversidade que há evolução. E como os homens deveriam saber muitíssimo bem, é pela diversidade que há cidade, que há sonho, que há democracia.

É isto a cidade e, como mostrou Calvino, sem isto nós não somos nada.

Há quase 10 000 anos, as primeiras cidades surgiram no Crescente Fértil, precisamente como locais de relação e de sinergia. Que, por sua vez, resultaram em locais de poder, de emancipação, de cultura. O intrincado dos fios relacionais necessitava de planeamento e de política — sem os quais os habitantes da cidade teriam de mudar ao fim de um tempo, tendo que recomeçar tudo de novo noutra local. E assim surgiu a *Polis*. A cidadania foi-se formando na vivência e na aprendizagem em conjunto — o sagaz Aristóteles denominou de *synoikismus* a sinérgica e vital condição humana do *viver em conjunto*. O homem torna-se verdadeiramente humano, através da sua participação e do seu envolvimento na comunidade.

É deliciosamente simbólico o facto de que o nome da cidade de Atenas proveio de Atenienses (os adoradores da deusa *Athena*) e não vice-versa.

Grande urbe de funda matriz mediterrânea —

mesmo se situada diante do Atlântico —, filha de Roma e de Atenas, a identidade de Lisboa funde-se neste carácter múltiplo e intercultural. Orlando Ribeiro apelidou-a de “última das cidades mediterrâneas”², esteio ocidental num retrato de família que inclui Roma, Istambul, Veneza, Nápoles, Barcelona, Alexandria e Argel, entre várias outras. Os traços comuns mais marcantes das cidades mediterrâneas advêm-lhes do facto de serem entrepostos de intercâmbio de bens e serviços, de culturas e de ideias. Juntando três elementos vitais — uma vastidão marítima para o comércio, um rico *hinterland*, e uma população variada, concentrada e disponível para a actividade relacional. Formando, assim, espaços e dinâmicas de passagem e de permanência, característica dual talvez mais vincada na alma portuguesa pela maior distância face aos seus principais cais de chegada.

Sustentada no seu “pequeno Mediterrâneo” (como chamou Cláudio Torres ao estuário do Tejo), assim foi sendo tecida, como se tece uma boa cidade, a *my antiga* Lisboa: estendendo, até hoje, fios entre fenícios, lusitanos, béticos, romanos, visigodos, mouros, cristãos, judeus, beirões, alentejanos, africanos, brasileiros, indianos, ucranianos, paquistaneses... E muitos mais. Com maior ou menor separação das suas diferentes gentes nas suas diferentes ruas; tendo elas presenciado as mais belas histórias de relação e de amor, bem como as inais pérfidas atrocidades e inquisições. Inquestionavelmente, Lisboa foi mais feliz nas épocas em que a mistura de gentes era maior, e foi mais negra quando os tempos eram de intolerância. E quando, afinal, sempre fomos todos diferentes e todos iguais...

Hoje, Lisboa busca ainda o seu destino. A Lisboa de hoje é um enorme ser — metrópole, uma grande região espaço-relacional, estendida de forma quase

indefinida e ilimitada, muito para além das suas velhas colinas, margens ribeirinhas e fronteiras administrativas, assim como muito para além de qualquer lógica de evolução estruturada por simples determinismos racionalistas ou relações directas de causa-efeito. Lisboa, hoje, é um paradoxo. Tantas vezes pináculo da realização humana, mítica e desejada Tróia, contendo do melhor e do pior, Lisboa encontra-se hoje muitas vezes sentida como, sobretudo, um espaço de desencontro de pessoas, doentio resultado de uma descontrolada evolução. Mas, aqui e ali, a cidade também vai sendo percebida como sem dúvida merece: como ser que cresceu e que tem os seus ritmos, como vital ecossistema com mil redes e sequências, como grande espaço aberto e público (físico e psíquico). Como estrutura-habitat, onde devem vigorar todas as oportunidades, todos os direitos, todos os afectos. De uma forma ampla, e para todos, onde vigore o pleno *Direito à Cidade*.

Expresso em primeiro lugar pelo pensador francês Henri Lefebvre, o *Direito à Cidade* é, claro, tão polimórfico como a própria cidade. Inclui o direito ao lugar, o direito à habitação, o direito à justiça, o direito ao espaço público, o direito à educação, o direito à mobilidade e à acessibilidade; inclui ainda o direito à identidade colectiva, o direito à boa paisagem, o direito à cidade como refúgio e, evidentemente, o direito à diferença. Mas mais: como escreveu o urbanista catalão Jordi Borja “o *direito à cidade*, hoje, é também o dever de transformar o mundo, e é o direito de construir tempos e espaços que façam possível uma vida mais amável, mais cordial e mais justa para todos”.

Todos vemos como o mundo está a mudar — a mudar muito, e muito depressa. Esta é uma sensação que deixa muitos de nós bastante inquietos — arreigando muita gente à defesa, a todo o custo, de

valores e de paisagens antigas. Mas como lembra o grande sociólogo Alain Touraine, o fim de um mundo não é o fim do mundo. E, se o futuro não se pode prever, pode-se — e deve-se — preparar. Hoje, as cidades que não tomarem nas suas mãos o seu próprio destino, dificilmente irão pelos melhores caminhos. Assim, e para se conseguir proporcionar o Direito à Cidade para todos, é necessário pensar, discutir, decidir. Sendo aberto, comunicativo, visionário. Sendo *intercultural*: contactando e relacionando e trabalhando entre diferentes.

Para uma Lisboa melhor, e mais feliz, para todos. Para uma Lisboa que reassuma plenamente o seu carácter mediterrâneo. Sendo uma *cidade de cidades*, viva, relacional, heterogénea e intercultural. Sendo uma Lisboa que permita a boa mobilidade e que defenda a proximidade e a diversidade — o que implicará a não segregação de funções e de pessoas diferentes (não permitindo, por exemplo, bairros exclusivamente sociais). Sendo uma Lisboa que seja um grande espaço público de encontro das gentes — é esse o seu verdadeiro património, e não apenas os palácios e as igrejas. Tomando com empenho e com carinho os espaços públicos, que são de todos, considerando-os como elementos maiores de uma cidade, e não filhos de um deus menor. Sendo uma Lisboa que fomente a criatividade, a cultura e o cosmopolitismo — sem se render aos discursos baratos da competitividade ou do festival a qualquer preço. Sendo uma Lisboa inclusiva e solidária, que respeite e apoie todos, crianças, idosos, imigrantes, desempregados. E que defenda, acerrimamente, os valores da humanidade, da sustentabilidade e do ambiente urbano. Sendo uma Lisboa bem governada (há aqui muito a fazer). Sendo uma Lisboa que saiba que uma cidade moderna e contemporânea se faz com as pessoas e para as pessoas. Sendo, enfim, uma Lisboa

onde cada um dos seus lugares, todos os dias, possa ser um lugar de relação, de afecto, de desejo.

De Liberdade.

O Direito a Lisboa, *para todos*, pode assim ser o nosso futuro comum. Recebemos, das gerações anteriores, uma cidade magnífica. Hoje, cabe-nos a nós fazer e exigir esse caminho de abertura e de relação — amanhã, serão os nossos filhos a fazê-lo e a exigí-lo. Apesar de demasiado incompreendida demasiadas vezes, a beleza e a vitalidade de Lisboa continuam a trazer-nos, todas as manhãs, uma esperança subtil e aromática. Uma esperança mediterrânea, intercultural. Raiz civilizacional, o Mediterrâneo é hoje uma das principais charneiras dos desafios da humanidade. Lugar de particular sensibilidade perante o nosso presente e futuro, encontrando-se (como sempre) na encruzilhada entre diferentes culturas e diferentes paisagens. As escolhas podem estar entre um futuro disperso e insustentável, dividido e receoso, individualista e fragmentado, ou um futuro mais diverso e inclusivo, mais criativo e dinâmico, mais plural e cosmopolita. Um futuro com mais *synoikismus*.

No Museu das Amoreiras encontra-se uma belíssima pintura de Maria Helena Viera da Silva, intitulada *Biblioteca em Fogo*. Gosto de acreditar que este quadro talvez tenha sido pensado como um hino às cidades do futuro. Nele projectam-se mil cores, em diferentes densidades, numa biblioteca (sinónimo de memória, de conhecimento, de emancipação) em fogo (sinónimo de vida, de relação, de envolvimento). Talvez possa ser Lisboa. E, para esse caminho, poderíamos fazer como nos pede Sérgio Godinho: "Acenda-se a tua luz na minha rua/ Pisemos a pista/ É bom que se insista/ Dancemos no mundo."

¹ As cidades invisíveis, Editorial Teorema, Lisboa.

² Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Livraria Sá da Costa, Lisboa.





